



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP 01/2018-1

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 - SRP

PROCESSO Nº **3430.01.02.007/2018**

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **14** dias do mês de **março** do ano de **2018**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS**, inscrito no CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2018-SRP**, conforme resultado homologado em **13/03/2018**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **MSA CONSTRUÇÕES E CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.327.497/0001-12**, com sede no Acesso Povoado Pipoca, s/n, Povoado, CEP **57.442-000**, no Município de **Olho D'Água das Flores/AL**, neste ato representada pelo Sr. **Thomaz Antônio Ferreira Silva**, portador da Cédula de Identidade nº **4310535-1 SESP/AL** e CPF nº **438.404.028-83**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **material de construção (LOTES VENCIDOS PELA EMPRESA: 01; 03; 04; 05; 09; 10; 12; 14; 16; 17; 19; 21; 23 e 26)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **649.226,20** (seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte e seis reais e vinte centavos), distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
01	ARAMES EM GERAL (LOTE EXCLUSIVO PRA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)	R\$ 22.800,00
03	CIMENTO (COTA RESERVADA DO LOTE 02)	R\$ 29.500,00
04	MEIO-FIO (COTA PRINCIPAL)	R\$ 70.300,00
05	MEIO-FIO (COTA RESERVADA DO LOTE 04)	R\$ 17.575,00
09	AREIA (COTA RESERVADA DO LOTE 08)	R\$ 19.500,00
10	BRITA (LOTE EXCLUSIVO PRA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)	R\$ 55.900,00
12	MADEIRAS E DIVERSOS (COTA RESERVADA DO LOTE 11)	R\$ 36.000,00
14	MATERIAL DE PINTURA (COTA RESERVADA DO LOTE 13)	R\$ 18.975,00
16	TINTAS E DIVERSOS (COTA RESERVADA DO LOTE 15)	R\$ 75.498,00
17	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO TIPO I (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)	R\$ 45.868,10
19	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO (COTA RESERVADA DO LOTE 18)	R\$ 69.526,60
21	MATERIAL HIDRÁULICO (COTA RESERVADA DO LOTE 20)	R\$ 71.501,50
23	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO TIPO II (COTA RESERVADA DO LOTE 22)	R\$ 68.104,00
26	TELHAS (LOTE EXCLUSIVO PRA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)	R\$ 48.178,00

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio.**

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação;

3.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;

3.2.5. Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços, Controle e Desenvolvimento Urbano;

3.2.6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social;

3.2.8. Superintendência Municipal de Transportes e Trânsitos.

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12** (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



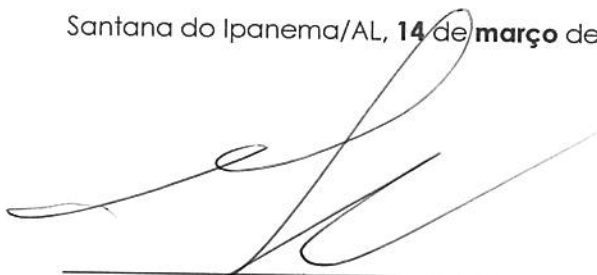
ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **01/2018-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **14** de **março** de **2018**.



ISNALDO BULHÕES BARROS
Representante do Órgão



THOMAZ ANTÔNIO FERREIRA SILVA
Representante da Empresa



HÉLIO MOREIRA DA SILVA
CPF nº **239.066.695-72**
Gestor da Ata



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP01/2018-1

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA** e a empresa **MSA CONSTRUÇÕES E CIA LTDA - ME**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **01/2018 – SRP**.

MADDEIREIRA STº ANTONIO

TUDO EM MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema - AL

Rua: Coronel Lucena Maranhão, 141 Centro Santana do Ipanema / AL

Pregão Presencial 01/2018

Data: 06 de Março de 2018

Dados Bancários: Banco Caixa Economica Federal AG: 4592 OP 003 C/C 100-2

Email: madsantoantonio2013@hotmail.com

O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de material de construção, com exclusividade de lotes para ME e EPP, visando atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Prezado Senhores,

Segue nossa Adequação de preços

LOTE 01 - ARAMES EM GERAL (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
1.1	Arame Farpado - Em aço, diâmetro aproximado de 1,60 mm, com tripla camada de galvanização, rolo com 500 m de comprimento, indicado para fazer cercas, muros entre outros.	Rolo	30	BELGO	R\$ 220,00	duzentos e vinte reais	R\$ 6.600,00	seis mil, seiscentos reais
1.2	Arame Galvanizado nº 16 - Liso, resistente, com diâmetro nominal mínimo de 1,65 mm, e resistência mínima de tração de 55 kgf/mm2, agrupado em rolo de 1 kg. mínima de tração de 55 kgf/mm2, agrupado em rolo de 1 kg.	Rolo	150	GERDAU	R\$ 12,04	doze reais e quatro centavos	R\$ 1.806,00	um mil, oitocentos e seis reais





1.3	Arame Galvanizado nº 18 - Liso, resistente, com diâmetro nominal mínimo de 1,24 mm, e resistência	Rolo	150	GERDAU	R\$ 13,26	treze reais e vinte e seis centavos	R\$ 1.989,00	um mil, novecentos e oitenta e nove reais
1.4	Arame recozido nº 18 , tipo construção, fabricação nacional.	Kg	1500	GERDAU	R\$ 8,27	oito reais e vinte e sete centavos	R\$ 12.405,00	doze mil, quatrocentos e cinco reais
VALOR TOTAL							R\$ 22.800,00	

LOTE 03 - CIMENTO (COTA RESERVADA LOTE 02)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
3.1	Cimento CP2 F32, fabricação nacional.	Saco de 50,00 kg	1250	ZUMBI	R\$ 23,60	vinte e três reais e sessenta centavos	R\$ 29.500,00	vinte e nove mil, quinhentos reais
VALOR TOTAL							R\$ 29.500,00	

LOTE 04 - MEIO-FIO (COTA PRINCIPAL)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
4.1	Meio-fio granítico ou de concreto, com dimensões mínimas de 40 x 60 x 12 cm, fabricação nacional.	Milheiro	8	CONCREPEDRA	R\$ 8.787,50	oito mil, setecentos e oitenta e sete	R\$ 70.300,00	setenta mil, trezentos reais
VALOR TOTAL							R\$ 70.300,00	

LOTE 05 - MEIO-FIO (COTA RESERVADA DO LOTE 04)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
5.1	Meio-fio granítico ou de concreto, com dimensões mínimas de 40 x 60 x 12 cm, fabricação nacional.	Milheiro	2	CONCREPEDRA	R\$ 8.787,50	oito mil, setecentos e oitenta e sete	R\$ 17.575,00	dezessete mil, quinhentos e setenta e cinco reais
VALOR TOTAL							R\$ 17.575,00	





LOTE 09 - AREIA (COTA RESERVADA DO LOTE 08)							
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL
9.1	Areia lavada.	Metro cúbico	400	AREIAL	R\$ 48,75	quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos	R\$ 19.500,00
VALOR TOTAL						R\$	19.500,00

LOTE 10 - BRITA (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)							
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL
10.1	Brita Nº 0, fabricação nacional.	Metro cúbico	200	MIBASA	R\$ 139,75	cento e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos	R\$ 27.950,00
10.2	Brita Nº ¾, fabricação nacional.	Metro cúbico	200	MIBASA	R\$ 139,75	cento e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos	R\$ 27.950,00
VALOR TOTAL						R\$	55.900,00

LOTE 12 - MADEIRAS E DIVERSOS (COTA RESERVADA DO LOTE 11)							
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL
12.1	Caibro de maçaranduba de 03,00 x 5,00 cm, fabricação nacional.	Metro linear	500	MACARANDUBA	R\$ 4,20	quatro reais e vinte centavos	R\$ 2.100,00
12.2	Forra de Maçaranduba 100,00 x 210,00 cm, fabricação nacional.	Unidade	100	MACARANDUBA	R\$ 116,00	cento e dezesseis reais	R\$ 11.600,00
12.3	Forra de Maçaranduba 70,00 x 210,00 cm, fabricação nacional.	Unidade	100	MACARANDUBA	R\$ 89,00	oitenta e nove reais	R\$ 8.900,00
12.4	Forra de Maçaranduba 80,00 x 210,00 cm, fabricação nacional.	Unidade	100	MACARANDUBA	R\$ 89,00	oitenta e nove reais	R\$ 8.900,00
12.5	Tábua, tipo construção, (angico), de 23,00 cm, fabricação nacional.	Metro linear	250	ANGICO	R\$ 14,70	quatorze reais e setenta centavos	R\$ 3.675,00

[Handwritten signature]

12.6	Barrote de maçaranduba de 07,00 x 07,00 cm, fabricação nacional.	Metro linear	100	MACARANDUBA	R\$	8,25	oito reais e vinte e cinco centavos	R\$	825,00	oitocentos e vinte e cinco reais
VALOR TOTAL		trinta e seis mil reais			R\$			R\$	36.000,00	

LOTE 14- MATERIAL DE PINTURA (COTA RESERVADA DO LOTE 13)										
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO		
14.1	Massa corrida PVA, fabricação nacional.	Latão L	500	HIDROTINTAS	R\$ 37,95	trinta e sete reais e noventa e cinco centavos	R\$ 18.975,00	dezoito mil, novecentos e setenta e cinco reais		
VALOR TOTAL		dezoito mil, novecentos e setenta e cinco reais			R\$		R\$	18.975,00		

LOTE 16 - TINTAS E DIVERSOS (COTA RESERVADA DO LOTE 15)										
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO		
16.1	Tinta acrílica, anti-mofa, anti-bactericida, lavável, com pigmentos aditivados, alto rendimento, extra, com alta cobertura, exterior, cores variadas, normatizada Abraff.	Latão L	300	HIDROTINTAS	R\$ 251,66	duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos	R\$ 75.498,00			
VALOR TOTAL		setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais			R\$		R\$	75.498,00		

LOTE 17 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO TIPO I (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)										
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO		
17.1	Combogó pré-moldado 30X30cm, fabricação nacional.	Unidade	200	CONCREPEDRA	R\$ 4,39	quatro reais e trinta e nove centavos	R\$ 878,00	oitocentos e setenta e oito reais		
17.2	Combogó pré-moldado 30X50cm, fabricação nacional	Unidade	200	CONCREPEDRA	R\$ 4,60	quatro reais e sessenta centavos	R\$ 920,00	novecentos e vinte reais		
17.3	Combogó pré-moldado 50X50cm, fabricação nacional.	Unidade	200	CONCREPEDRA	R\$ 8,78	oito reais e setenta e oito centavos	R\$ 1.756,00	um mil, setecentos e cinquenta e seis reais		




17.4	Traço.	Metro cúbico	100	CONCREPEDRA	R\$ 47,64	quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos	R\$ 4.764,00	quatro mil, setecentos e sessenta e quatro centavos
17.5	Lajota cerâmica 07X19X31cm, fabricação nacional.	Milheiro	30	MANDEME	R\$ 951,67	noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos	R\$ 28.550,10	vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e dez centavos
17.6	Nervura Pré-moldada nacional.	Metro linear	1000	CONCREPEDRA	R\$ 9,00	noventa reais	R\$ 9.000,00	nove mil reais
VALOR TOTAL		quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dez centavos			R\$		45.868,10	

LOTE 19 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO (COTA RESERVADA DO LOTE 18)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
19.1	Talha manual de 0,5 tonelada	Unidade	10	VONDER	R\$ 833,84	oitocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos	R\$ 8.338,40	oito mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos
19.2	Talha manual de 1 tonelada	Unidade	10	VONDER	R\$ 936,12	noventa e seis reais e doze centavos	R\$ 9.361,20	nove mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos
19.3	Chapa galvanizada N.22 2 x 1, fabricação nacional.	Barra	100	GERDAU	R\$ 109,08	cento e nove reais e oito centavos	R\$ 10.908,00	dez mil, novecentos e oito reais
19.4	Chapa galvanizada N.26 2 x 1, fabricação nacional.	Barra	100	GERDAU	R\$ 96,95	noventa e seis reais e noventa e cinco centavos	R\$ 9.695,00	nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais
19.5	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 10,00 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 37,99	trinta e sete reais e noventa e nove centavos	R\$ 7.598,00	sete mil, quinhentos e noventa e oito reais
19.6	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 12,50 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 48,45	quarenta e oito reais e cinco centavos	R\$ 9.690,00	nove mil, seiscentos e noventa reais

[Handwritten signatures and stamps]


[Stamp: RECEBIDA EM 19/05/2010]

[Stamp: COPIA]

[Stamp: 19/05/2010]


19.7	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 4,20 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 6,85	seis reais e oitenta e cinco centavos	R\$ 1.370,00	um mil, trezentos e setenta reais
19.8	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 5,00 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 9,13	noze reais e treze centavos	R\$ 1.826,00	um mil, oitocentos e vinte e seis reais
19.9	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 6,30 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 16,25	dezesseis reais e vinte e cinco centavos	R\$ 3.250,00	três mil, duzentos e cinquenta reais
19.10	Vergalhão (ferro), c/12 metros, tipo construção, 8,00 mm, fabricação nacional.	Barra	200	BELGO	R\$ 22,90	vinte e dois reais e noventa centavos	R\$ 4.580,00	quatro mil, quinhentos e oitenta reais
19.11	Zarcão Cinza 1/4, fabricação nacional.	Litro	150	HIDROTINTAS	R\$ 19,40	dezenove reais e quarenta centavos	R\$ 2.910,00	dois mil, novecentos e dez reais
VALOR TOTAL		sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta centavos			R\$		69.526,60	

LOTE 21 - MATERIAL HIDRÁULICO (COTA RESERVADA DO LOTE 20)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
21.1	Assento para Vaso Sanitário - Em plástico flexível (inquebrável), na cor a escolher pela Administração, modelo oval, tamanho universal.	Unidade	200	GRAMPLAST	R\$ 17,50	dezesseite reais e cinquenta centavos	R\$ 3.500,00	três mil, quinhentos reais
21.2	Assento para Vaso Sanitário - Tipo Estofado, em espuma MDF PVC, modelo oval, tamanho universal. Incluído kit completo com peça para montagem.	Unidade	200	HERC	R\$ 51,10	cinquenta e um reais e dez centavos	R\$ 10.220,00	dez mil, duzentos e vinte reais
21.3	Caixa sifonada PVC 100 x 100 x 50 mm, fabricação nacional.	Unidade	50	HERC	R\$ 6,60	seis reais e sessenta centavos	R\$ 330,00	trezentos e trinta reais
21.4	Caixa sifonada PVC 150 x 150 x 75 mm, fabricação nacional.	Unidade	50	HERC	R\$ 23,99	vinte e três reais e nove centavos	R\$ 1.199,50	um mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos


 RECEBIDO
 03/05/2017
 13:00h
 13/05/2017
 13:00h

21.5	Cap pvc esq. 40,00 mm, fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	1,48	um real e quatrocentos e oito centavos	R\$	148,00	cento e quarenta e oito reais
21.6	Cap pvc esq. 50,00 mm, fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	2,10	dois reais e dez centavos	R\$	210,00	duzentos e dez reais
21.7	Cap pvc esq. 75,00 mm, fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	4,10	quatro reais e dez centavos	R\$	410,00	quatrocentos e dez reais
21.8	Cap pvc sold. 20,00 mm (água), fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	0,48	quarenta e oito centavos	R\$	48,00	quarenta e oito reais
21.9	Cap pvc sold. 25,00 mm (água), fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	0,70	setenta centavos	R\$	70,00	setenta reais
21.10	Cap pvc sold. 32,00 mm (água), fabricação nacional.	Unidade	100	PLASTUBOS	R\$	1,00	um real	R\$	100,00	cem reais
21.11	Chuveiro - Tipo simples, sem registro, comprimento a partir de 25 cm, bitola de 1/2", cor branco, apropriado para uso na horizontal.	Unidade	30	HERC	R\$	7,00	sete reais	R\$	210,00	duzentos e dez reais
21.12	Conjunto Sanitário com Caixa Acoplado - Composta por bacia, calxa de descarga acoplada, em louça sanitária, cor branca ou a escolha da Administração Municipal, sifão de 2", caixa com média de 6 litros de água por ciclo, com peças para instalação, como parafusos e demais itens para o perfeito funcionamento do produto.	Unidade	200	MARILOUÇAS	R\$	275,28	duzentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos	R\$	55 056,00	cinquenta e cinco mil e cinquenta e seis reais
VALOR TOTAL		setenta e um mil, quinhentos e um reais e cinquenta centavos			R\$					71 501,50

LOTE 23 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO TIPO II (COTA RESERVADA DO LOTE 22)									
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO	
23.1	Carro de mão, em chapa de aço, cor preta, com pneu e câmara de ar 3.25 x 8, chassi de tubo 1 1/4 x 1,06mm, aro de aço, caçamba com capacidade de 55 litros, desmontado e acompanhado com kit de parafusos, fabricação nacional.	Unidade	300	METALOSA	R\$ 108,40	cento e oito reais e quarenta centavos	R\$ 32 520,00	trinta e dois mil, quinhentos e vinte reais	


 RUA DO CALDEIRÃO
 242.888-10-0
MSA CONSTRUÇÕES E OBRAS
 Ac. Pov. Pipoca, S/N - Pedrado
 Cid. D'Água das Fiores-AL
 327.107/0001-12

23.2	Pá quadrada de ferro com cabo nº 3, fabricação nacional.	Unidade	100	TRAMONTINA	R\$ 23,63	vinte e três reais e sessenta e três centavos	R\$ 2.363,00	dois mil, trezentos e sessenta e três reais
23.3	Pá redonda de ferro com cabo nº 3, fabricação nacional.	Unidade	100	TRAMONTINA	R\$ 23,63	vinte e três reais e sessenta e três centavos	R\$ 2.363,00	dois mil, trezentos e sessenta e três reais
23.4	Pneu para carro de mão 3.25 x 8, fabricação nacional.	Unidade	100	LEVORIN	R\$ 32,58	trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos	R\$ 3.258,00	três mil, duzentos e cinquenta e oito reais
23.5	Pulverizador costal 20L, fabricação nacional.	Unidade	50	VONDER	R\$ 237,10	duzentos e trinta e sete reais e dez centavos	R\$ 11.855,00	onze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais
23.6	Vassourão de 40 cm em nylon, com cabo e madeira, fabricação nacional.	Unidade	500	CONDOR	R\$ 31,49	trinta e um reais e quarenta e nove centavos	R\$ 15.745,00	quinze mil, setecentos e quarenta e cinco reais
VALOR TOTAL					sessenta e oito mil, cento e quatro reais			R\$ 68.104,00

LOTE 26 - TELHAS (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME LEI 123/06)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR POR EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR POR EXTENSO
26.1	Telha de fibrocimento ondulado 2,44 x 1,10	UNIDADE	200	ETERNIT	R\$ 58,93	cinquenta e oito reais e noventa e três centavos	R\$ 11.786,00	onze mil, setecentos e oitenta e seis reais
26.2	Telha de fibrocimento ondulado 2,44 x 0,50	UNIDADE	200	ETERNIT	R\$ 17,96	dezessete reais e noventa e seis centavos	R\$ 3.592,00	três mil, quinhentos e noventa e dois reais
26.3	Telha de cerâmica, modelo colonial, tipo A, 50,00 cm de comprimento, fabricação nacional.	Milheiro	80	RIO GRANDE DO NOR	R\$ 410,00	quatrocentos e dez reais	R\$ 32.800,00	trinta e dois mil, oitocentos reais
VALOR TOTAL					quarenta e oito mil, cento e setenta e oito reais			R\$ 48.178,00
TOTAL GERAL DOS LOTES					seiscentos e quarenta e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte centavos			R\$ 249.492,20

MCA CONSTRUÇÕES E CIA LTDA
 Ac. Foy Finoca, 88N - Povoado
 São João da Água Boa - Fátima - AL
 CEP: 57.700-000

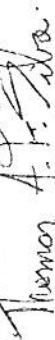
A Licitante MAS CONSTRUÇÕES e Cia LTDA - ME, CNPJ Nº 18.327.497/0001-12, Sediada AC Povoado Pipoca, S/N - Povoado - Olho D'Água das Flores /AL Declara:

O objeto deverá ser entregue, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento, de acordo com quantidade solicitada.

O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros. Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos, conforme demonstrativo abaixo.

OLHO D'ÁGUA DAS FLORES/AL, 07/03/2018


Thomaz Antonio Ferreira Silva

CPF: 438.404.028-83

RG: 53980070-3

PROPRIETÁRIO

Inscrição no CADICMS

242.56510-0

MCA CONSTRUÇÕES E CIA LTDA

Ac. Pov. Pipoca, S/N - Povoado

- Olho D'Água das Flores-AL

CNPJ Nº 18.327.497/0001-12



